

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

A CADA HORA, UMA FISCALIZAÇÃO CONTRA O DESMATAMENTO ILEGAL É FEITA EM MINAS GERAIS

Somente no primeiro semestre de 2023, foram realizadas 5.251 ações, uma média de 30 fiscalizações por dia



A cada hora que passa, uma nova fiscalização contra o desmatamento ilegal é desencadeada em Minas Gerais. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), somente no primeiro semestre de 2023, um total de 5.251 fiscalizações ambientais contra o desmatamento ilegal foram conduzidas. Isso se traduz em uma média de 30 por dia, pouco mais de uma a cada hora. Em comparação com mesmo período de 2022, houve um aumento de mais de 38%.

Os números refletem o rigor do Estado ao coibir atividades que ameacem a vegetação nativa nos três biomas do território mineiro: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

Durante o primeiro semestre deste ano, a Mata Atlântica foi alvo do maior número de fiscalizações, totalizando 2.663, seguida do Cerrado, com 2.381 inspeções.

Enquanto isso, as áreas desmatadas diminuíram em relação ao mesmo período do ano passado. Na Mata Atlântica, a queda foi de 40%, passando de 3.882,07 hectares (ha) para 2.325,07 ha desmatados em 2023. Na Caatinga, também houve redução de área desmatada, que passou de 1.341 hectares no primeiro semestre do ano passado, para 753,62 ha em 2023, um declínio de 43%.

ESTRATÉGIAS

No caso do Cerrado, apesar do acréscimo observado de cerca de 16% em todo o Brasil, em Minas a área desmatada desse bioma aumentou em proporções inferiores à média nacional, sendo 1,5% maior na comparação com 2022, de acordo com os dados do Monitoramento Contínuo, realizado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF).

“Esses resultados mostram que a política adotada pelo Governo de Minas tem impactos em um curto espaço de tempo. Estamos alcançando reduções e controles importantes do desmatamento ilegal no Estado. E isso se deve tanto às fiscalizações, cada vez mais eficazes, como também à política de esforço conjunto entre os poderes públicos, como prevê o Plano de Ação de Combate ao Desmatamento”, aponta a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

AUTOS DE INFRAÇÃO

No primeiro semestre de 2022, foram processados 3.364 autos de infração relacionados ao desmatamento, que totalizam R\$57,55 milhões. Em 2023, nos seis primeiros meses, foram 4.580 autos de infração relacionados ao desmatamento, 36% a mais quando comparado ao ano passado. Os valores dos autos processados dentro do período são de R\$92 milhões, um aumento de 60% em relação a 2022.

Entre as estratégias usadas para coibir as atividades ilegais está o uso de tecnologias como aliadas. Uma delas é a inclusão da plataforma Brasil Mais no processo do Monitoramento Contínuo, que reduziu em 40% o tempo de varredura da cobertura vegetal de Minas para detecção dos focos de desmate. Outra estratégia é o uso de patrulhamento aéreo, que acelera o tempo de resposta das equipes de fiscalização diante de um desmatamento ilegal.

“Além de todo o aparato, um dos mais importantes instrumentos que temos usado neste trabalho é a união de esforços com órgãos públicos, privados e sociedade. É por meio do diálogo que temos conseguido somar forças para coibir o desmatamento ilegal em Minas”, destaca a secretária. Ela se refere ao Plano de Ação de Combate ao Desmatamento, que prevê o fortalecimento do diálogo com setores produtivos e gestões municipais, para conscientizar a sociedade, os produtores e empreendedores, sobre as consequências da atividade ilegal para o meio ambiente e para a população, além de fomentar a regularização das intervenções pretendidas, com as devidas condicionantes e controle ambiental.

“Esses resultados mostram que a política adotada pelo Governo de Minas tem impactos em um curto espaço de tempo. Estamos alcançando reduções e controles importantes do desmatamento ilegal no Estado. E isso se deve tanto às fiscalizações, cada vez mais eficazes, como também à política de esforço conjunto entre os poderes públicos, como prevê o Plano de Ação de Combate ao Desmatamento”,

*Marília Carvalho de Melo
Secretária de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável*



A estratégia do Governo de Minas também inclui a divulgação das ações realizadas pelos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), por meio deste boletim mensal “Minas contra o Desmatamento”, publicado no site da Semad, além de um protocolo de intenções assinado com municípios para ações conjuntas contra o desmatamento.

O documento foi assinado em maio pelas cidades de Januária, Três Marias, João Pinheiro, Santa Fé de Minas, Buritizeiro, Coromandel e Paracatu. Agora, o Governo de Minas, juntamente com as gestões municipais, está finalizando o termo de cooperação técnica que irá definir as ações preventivas integradas a serem realizadas em cada localidade para coibir o desmatamento ilegal em seus territórios.

DESTAQUE NACIONAL

Em julho, o trabalho do Governo de Minas foi destaque nacional. Dados divulgados no boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, da Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com a Arcplan e o MapBiomas, apontaram para uma queda de 47% do desmatamento em Minas Gerais. Os números consideraram os cinco primeiros meses de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Minas Gerais é o segundo estado com maior contribuição para a realidade deste índice no Brasil, onde houve redução de 42% de área desmatada - com 12.166 hectares desmatados em 2022 e 7.088 hectares nos primeiros cinco meses deste ano.

Comparação semestral de áreas desmatadas (hectares)

1º semestre 2022



3.882,07 **Mata Atlântica**
10.644,16 **Cerrado**
1.341,07 **Caatinga**

1º semestre 2023



2.325,01 **Mata Atlântica**
10.807,70 **Cerrado**
753,62 **Caatinga**

Fiscalização em seis meses (janeiro/junho)



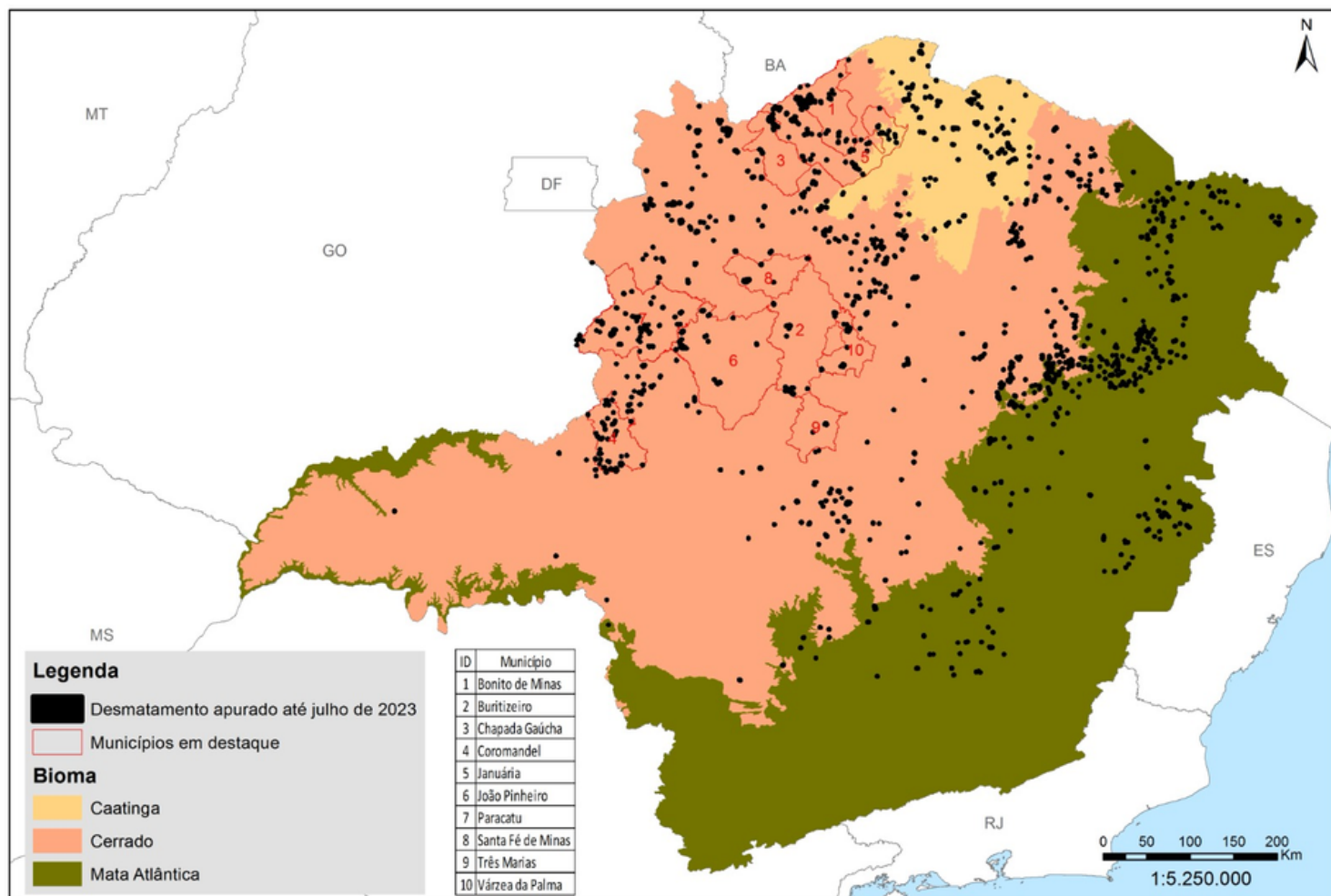
5.251 fiscalizações

Média de **30** fiscalizações por dia

Média de uma a cada hora



Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação IEF 2023





DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-JUL/2023)

75 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG

15.039 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA

6.175 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

3.741 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
2019	6.109	3.241
2020	6.334	3.342
2021	7.385	4.304
2022	10.631	6.525
2023	6.175	3.741
TOTAL	36.634	21.153

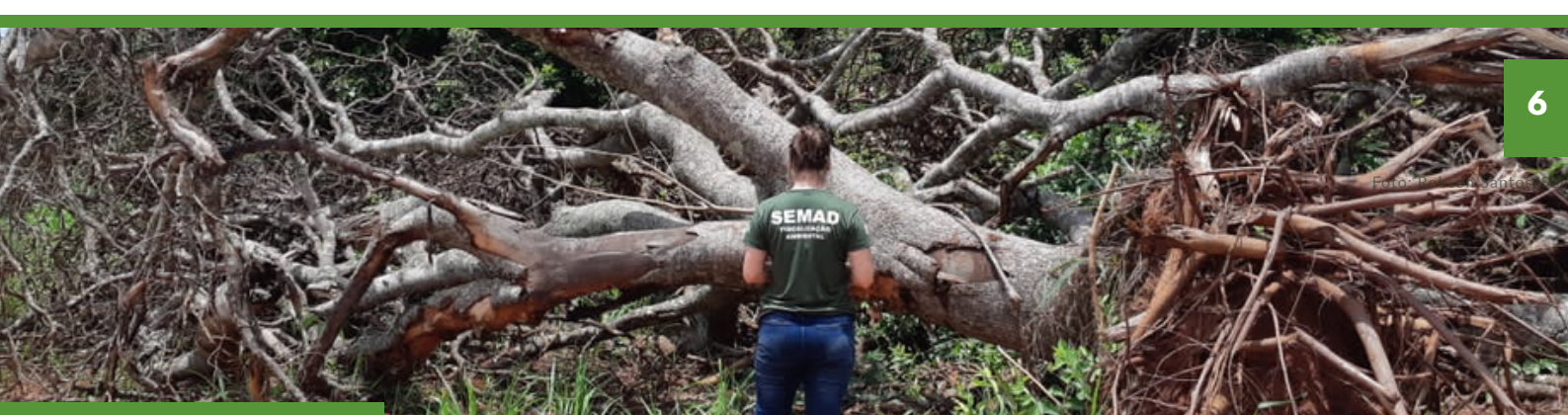
FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA 2023

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	143	101
CERRADO	2.827	1.739
MATA ATLÂNTICA	3.176	1.882
NÃO IDENTIFICADO	29	19
TOTAL	6.175	3.741

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2023)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	716	442
CERRADO	15.257	9.233
MATA ATLÂNTICA	20.451	11.330
NÃO IDENTIFICADO	210	148
TOTAL	36.634	21.153





OPERAÇÕES INTEGRADAS COÍBEM DESMATAMENTO ILEGAL EM 14 MUNICÍPIOS

Vistórias foram promovidas nos três principais biomas do estado

Nos últimos 30 dias, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) promoveu três grandes operações, cobrindo 14 municípios, nos três principais biomas mineiros: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

Entre os dias 7 e 11/8, a Semad realizou a Operação Ecótono em oito municípios do Vale do Jequitinhonha. Foram selecionados 21 alertas de desmatamento nas áreas de transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica. A área registra ainda fragmentos de Caatinga.

A subsecretaria de Fiscalização (Sufis), em parceria com a Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMAmb), realizou ainda, entre 14 e 18/8 a operação Água Branca, com ações de combate à exploração de carvão vegetal ilegal e ao desmatamento da Mata Atlântica.

As atividades aconteceram nos municípios de Peçanha, São João Evangelista, São José do Jacuri e São Pedro do Suaçuí. Entre as infrações constatadas estão a produção de carvão sem prova de origem florestal; ausência de correspondência entre o corte do recurso florestal e o volume vendido ou transportado; transporte de produtos e subprodutos da flora realizados sem a devida guia de controle ambiental.

Já entre os dias 21 e 25/8, a operação Kaxixó promoveu ações em Martinho Campos e Pompéu, no Alto São Francisco.

Foram fiscalizados cerca de 700 hectares em alvos pré-definidos ou encontrados nas vistórias. O valor de multas já aplicadas chega a quase R\$ 7 milhões. As áreas fiscalizadas estão nos municípios de Itamarandiba, Minas Novas, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Leme do Prado, Araçuaí, Itinga e José Gonçalves de Minas. “Em parte das áreas, não foram constatados ‘novos desmatamentos’, mas sim o descumprimento de embargos e impedimento de regeneração natural da vegetação”, conta o superintendente de Fiscalização, Gustavo Endrigo.

No total, 18 alvos foram fiscalizados, registrando 366 hectares de desmatamento ilegal. As autuações foram por supressão de vegetação nativa sem licença ou autorização do órgão ambiental, retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de desmate e por desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural. Foram aplicados R\$ 4,5 milhões em multas.

“Podemos perceber um recuo do desmatamento na Mata Atlântica mineira. No entanto, os alertas referentes ao Cerrado ainda podem ser considerados preocupantes. Dessa forma, vamos ampliar ainda mais as ações preventivas e punitivas aos ilícitos relacionados à cadeia de carvão vegetal”, salienta o subsecretário de Fiscalização, Alexandre Leal.

ESTADO INICIA PUBLICAÇÃO MENSAL DAS ANÁLISES DO CAR

Em agosto, foram divulgados 112 cadastros ambientais rurais e, em setembro, serão cerca de 160

Um novo capítulo na gestão ambiental de Minas Gerais se iniciou neste mês de agosto, com a divulgação mensal de editais de notificação com análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado. A partir de agora, os produtores que cadastraram suas propriedades rurais no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) poderão consultar os resultados da análise detalhada do imóvel, no site do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Com a notificação sem pendências, eles poderão aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), caso tenham passivo ambiental e se enquadrem nos requisitos de adesão ao programa, obtendo benefícios econômicos e contribuindo para a preservação ambiental.

A primeira divulgação foi feita em 11 de agosto e se referiu a 112 cadastros de 50 municípios mineiros. Em setembro, serão cerca de 160 (CARs) de 37 cidades. A expectativa é de que o número de análises aumente de forma progressiva a cada novo edital de notificação, podendo chegar a 4 mil resultados por mês.

O CAR é parte de um esforço abrangente para avaliar e proteger os recursos naturais do estado. Trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas. Ele vai compor a base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento.

Em Minas, foram cadastrados mais de 1 milhão de imóveis rurais, sendo 93% deles de propriedades com até quatro módulos fiscais. As análises dos cadastros são realizadas pelas equipes do IEF e da Semad, e oferecem um panorama das propriedades, o que permite monitorar o cumprimento das leis ambientais e adotar medidas para mitigar impactos negativos.



TOMADA DE DECISÃO

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo, ressalta a importância do CAR como uma ferramenta essencial para a tomada de decisões da administração pública. "A análise detalhada é uma etapa fundamental para entendermos melhor a situação das terras rurais em nosso estado. Isso nos permitirá desenvolver estratégias eficazes para a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais."

A equipe do IEF iniciou as análises individuais em 2022, por meio de um processo que envolve o cruzamento de dados, a verificação de informações e avaliação técnica das propriedades rurais. Para garantir a eficácia do processo, o Governo de Minas está investindo em tecnologias de georreferenciamento e sistemas de informações geográficas, permitindo uma análise precisa e detalhada das informações coletadas. A expectativa é que os resultados orientem políticas e ações futuras para a conservação do meio ambiente.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) compreende um conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e/ou possuidores rurais para adequar e promover a regularização ambiental de seus imóveis. Em Minas, cerca de 60% dos proprietários já manifestaram interesse em aderir ao PRA.

Entre os benefícios do programa destacam-se a proteção da biodiversidade, a recomposição da paisagem natural, que favorece o microclima local, a segurança hídrica e alimentar, além dos impactos socioeconômicos por meio da viabilização da cadeia da restauração e do desenvolvimento rural sustentável.

O Governo de Minas trabalha com a informação para que essa adesão seja crescente. Nos últimos anos, o Estado tem investido em oficinas do chamado "PRA Produzir Sustentável", com o objetivo de apresentá-lo aos produtores, destacando as oportunidades de cada região.

BENEFÍCIOS

Ao ter a notificação sem pendências publicada em edital, após a análise do CAR, o produtor será encaminhado, pelos órgãos ambientais, para adesão ao PRA, caso se enquadre nos requisitos legais exigidos, tais como passivos ambientais em Áreas de Preservação Permanente ou Áreas de Reserva legal gerados até 22/07/2008.

Se optar em fazer parte do programa, pode obter vantagens como prazos e metragens diferenciados para realização das recomposições de vegetação nativa exigidas, acesso a linhas de crédito agrícola, programas de fomento à conservação e à participação em programas de pagamento por serviços ambientais. Essas iniciativas incentivam práticas de manejo sustentável e promovem a coexistência entre a atividade agrícola e a preservação dos ecossistemas.

220 MIL ANÁLISES

No início de agosto, o IEF realizou a reunião de kick-off do contrato no valor de R\$ 18,5 milhões para a realização de 220 mil análises do CAR em Minas Gerais em cinco anos. O contrato foi firmado no âmbito dos Termos de Compromisso de Descaracterização de Barragens e envolve entidades governamentais e de fiscalização. Ele terá validade até 2028 e permitirá a realização de análises no âmbito do CAR, dando prioridade às propriedades rurais impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 2015.



O IEF já começou a analisar as 340 propriedades cadastradas pela Fundação Renova, sob o Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental. Espera-se que as análises sejam concluídas até o final do ano, possibilitando o início do PRA para essas propriedades.



EM AGOSTO, FORAM
DIVULGADOS **112**
CADASTROS DE **50**
MUNICÍPIOS MINEIROS



A EXPECTATIVA É DE QUE
SEJAM DIVULGADOS **ATÉ 4**
MIL RESULTADOS POR MÊS



EM MINAS, FORAM
CADASTRADOS **MAIS DE**
1 MILHÃO DE IMÓVEIS
RURAIS

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link:

www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.